

ENTRE A INTERPRETAÇÃO E O PROGRAMA: REVISITANDO O CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA EM COUTINHO E VIANNA

BETWEEN THE INTERPRETATION AND THE PROGRAM: REVISITING THE CONCEPT OF PASSIVE REVOLUTION IN COUTINHO AND VIANNA

Matheus Daltoé Assis¹

Resumo: O conceito gramsciano de revolução passiva é um instrumento comumente mobilizado para compreender a realidade político-social do Brasil e seu tortuoso processo de “modernização”. Nesse sentido, o presente trabalho almeja compreender a forma como tal conceito foi utilizado por Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho para essa finalidade. Enquanto procedimento metodológico, a pesquisa partiu de uma análise documental sobre essas duas referências do campo gramsciano sobre a discussão do conceito de revolução passiva. Dito isso, considera-se que o referido conceito, como interpretado por Vianna e Coutinho, demandaria mais modulações que permitissem compreender o caráter colonial e dependente da formação social e política brasileira.

Palavras-chave: Gramsci. revolução passiva. Carlos Nelson Coutinho. Luiz Werneck Vianna.

Abstract: The Gramscian concept of passive revolution is an instrument commonly mobilized to understand the political and social reality of Brazil and its tortuous process of “modernization”. In this sense, the present work aims to understand how this concept was used by Luiz Werneck Vianna and Carlos Nelson Coutinho for this purpose. As a methodological procedure, the research started from a documentary analysis of these two references from the gramscian field on the discussion of the concept of passive revolution. Thus, it is considered that the referred concept, as interpreted by Vianna and Coutinho, would demand more modulations that would allow understanding the colonial and dependent character of the Brazilian social and political formation.

Keywords: Gramsci. passive revolution. Carlos Nelson Coutinho. Luiz Werneck Vianna.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. E-mail: m.daltoa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9417-2561>.

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2023.v16.n1.p47-60>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

1. INTRODUÇÃO

O conceito gramsciano de revolução passiva, bem como diversos outros, tem origem em tradições filosóficas que não provêm da concepção materialista-histórica marxista. Esse conceito remonta à historiografia italiana do século XIX, da lavra de Vincenzo Cuoco, que Gramsci irá acessar e “traduzir”, no cárcere fascista, através do comentário de Croce e dará novo sentido a essa concepção (Aliaga, 2022).

Conforme sustenta Guido Liguori (2022), o conceito de revolução passiva teve uma fortuna crítica tardia, ou seja, passou a fazer parte do vocabulário corrente gramsciano em torno de 20 anos após a publicação dos *Quaderni del Carcere*, a partir dos anos de 1970. O conceito, tal como desenvolvido nos *Quaderni*, passou por diversas elaborações, o que, em alguma medida, favoreceu a grande variedade de interpretações no campo gramsciano.

Nesse sentido, o presente trabalho almeja discutir algumas das formas pelas quais esse conceito foi interpretado e utilizado como instrumento para analisar a realidade político-social brasileira. Primeiramente, buscou-se lançar luz, ainda que restritamente, sobre como o conceito de revolução passiva está elaborado nos *Quaderni*, passando pela forma oitocentista do *Risorgimento* e pelas formas de revolução passiva do século XX do fascismo e do americanismo. Posteriormente, passou-se à arguição sobre a apropriação do conceito realizada por Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho, dois importantes intelectuais que, no período da democratização, influíram significativamente na difusão da perspectiva Gramsciana no campo político da assim chamada “esquerda democrática”.

2. BREVES NOTAS SOBRE O CONCEITO GRAMSCIANO DE REVOLUÇÃO PASSIVA²

Gramsci, entre novembro e dezembro de 1930, escreveu, no início do *Quaderno 8*, um importante delineamento do programa de pesquisas a serem empreendidas (Baratta, 2004). No trecho intitulado “*Saggi principali*”, Gramsci irá elencar “*il Risorgimento e il partito d'azione*”, fulcro histórico para o que viria a se configurar como o conceito de revolução passiva em sua forma “clássica” e, como único apêndice dos *Saggi*, “Americanismo e fordismo”, que também será lido como uma forma de revolução passiva³ (Gramsci, 2014, pp. 935-936).

Ainda no que concerne à estrutura e programa dos *Quaderni*, as reflexões carcerárias, produzidas entre 1929 a 1935, originaram a confecção de 33 cadernos

² Para citação dos *Quaderni del Carcere* segundo a Edição Crítica, entre colchetes, o *Quaderno (Q)*, seguido do número do *Quaderno* e o número do parágrafo. Exemplo: Gramsci, 2014, p. 1547 [Q12, §2].

³ No sentido da leitura do Americanismo como uma revolução passiva, Del Roio (2018, p.225) defende que Gramsci o faz em “quase ao modo de uma analogia”.

escolares, dos quais quatro dedicados exclusivamente ao exercício de tradução. No conjunto dos 29 *Quaderni*, constatou-se⁴ que há 41 menções do conceito de “revolução passiva” nos *Quaderni* e 16 menções do de “revolução-restauração” – conceito reelaborado⁵ a partir de Edgar Quinet como uma variante do tipo de revolução passiva⁶. O número relevante de menções corrobora a tese de Dora Kanoussi, citada por Aliaga (2021), da existência de três eixos centrais da produção de Gramsci, quais sejam as discussões sobre: o materialismo histórico; a teoria dos intelectuais e a revolução passiva.

No programa intelectual gramsciano, a concepção de revolução passiva surgiu a partir da apropriação feita por Benedetto Croce no prefácio de sua obra “*La rivoluzione napoletana del 1799*”, o que já constitui uma mudança no sentido originalmente empregado por Cuoco em seu “*Saggio storico sulla rivoluzione di Napole*”. De todo modo, segundo o entender de Gramsci, o conceito de revolução passiva poderia ajudar a descrever as revoluções nas quais a iniciativa e direção não se encontrava nas mãos dos subalternos, sendo portanto distinta das “revoluções ativas” (Aliaga, 2022).

Gramsci, ao resgatar a referência de Cuoco, alarga a compreensão do conceito, no sentido de que

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva aquela ocorrida na Itália, como repercussão das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (Gramsci, 2014, p. 504 [Q 4, §57]).

Ainda nesse percurso, Gramsci irá propor que o conceito de revolução passiva que deve ser empregado enquanto instrumento heurístico, não como programa político. Nas palavras do sardo: “portanto, não teoria da ‘revolução passiva’ como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação” (Gramsci, 2014, p. 1827[Q15, §62]).

No bojo do processo histórico de unificação do Estado italiano⁷, chamado de *Risorgimento*, cumpre destacar que, ao ver do comunista sardo, o *Partito d’Azione*, de Giuseppe Mazzini⁸, “foi guiado pelos moderados”; nesse momento representados

⁴ Para a consulta foi utilizada a ferramenta *Gramsci Project*, que é um acervo digital de textos, conteúdos e aplicações sobre a figura de Antonio Gramsci. O projeto é o resultado de um financiamento Firb (*Futuro in ricerca*) do Miur (Ministério da Educação, Universidade e Pesquisa), bem como colaboração com Igs Italia (*International Gramsci Society*).

⁵ Para mais aprofundamentos na distinção entre revolução passiva e revolução-restauração, ver: Aliaga, 2022.

⁶ No que concerne às influências recebidas de Cuoco e Quinet, Del Roio (2018) sustenta que a interpretação sobre o impacto da Revolução Francesa para a Revolução Napolitana orientou G. e que o sardo terá sua compreensão alargada quando em contraponto com Quinet sobre a restauração bourbônica para compreensão da revolução burguesa como processo de longo prazo.

⁷ Pode-se encontrar uma forma de balanço sobre o debate quanto ao *Risorgimento* em: RIALL, 1994.

⁸ Giuseppe Mazzini (1805-1872) foi um expressivo político, dirigente do *Partito D’Azione*. Mazzini defendia o processo de unificação do Estado italiano, com a conseqüente libertação em relação aos austríacos, na forma de um república (Bertonha, 2005).

na figura de Camillo Benso⁹, o Conde de Cavour (Gramsci, 2014, p.2010 [Q19, §24]). Esse processo de “direção intelectual e moral” exercido no *Risorgimento* trará para o autor dos *Quaderni* aspectos para a conceitualização da ideia de transformismo enquanto processo político presente numa revolução passiva.

Gramsci depreende daí a ideia de que, no *Risorgimento*, as massas são apassivadas, isto é, não inseridas propriamente na constituição de um Estado de novo tipo, através da “absorção de parte dessas camadas sociais e suas reivindicações sob hegemonia de uma nova classe dominante, a burguesia” (Galastri, 2022, p. 106). Para além do traço de conservação, o termo “revolução” implica o fato de que “as classes dominantes não podem continuar a governar só conservando o existente, mas devem tornar-se promotoras de inovação”, e as reivindicações absorvidas cumprem essa função (Vacca, 2016, p.145). Esse movimento político de absorção interna nas revoluções passivas será interpretado por Gramsci com o conceito de transformismo.

Gramsci, partindo da análise histórica, expõe que no transformismo

[...] as personalidades políticas singulares, elaboradas pelos partidos democráticos de oposição, se incorporam individualmente à “classe política” conservadora-moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse uma hegemonia ao ríspido “domínio” ditatorial) (Gramsci, 2014, p.962 [Q 8,§36]).

O marxista sardo pontua ainda que “toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo” dos estratos intelectuais, mesmo daqueles de contestação da ordem vigente, e que isso caracteriza a passagem, em termos de hegemonia, da “direção política” para “um aspecto da função de domínio”; esse processo de “absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo” (Gramsci, 2014, p.2011 [Q 19 ,§24]). O resultado alcança um corte geracional desses intelectuais e desemboca numa conformação apassivada, de acordos pelo alto, durante certo período de tempo.

O sentido de revolução passiva ainda é ampliado para a compreensão de duas tentativas de saída da crise orgânica com processos de reestruturação capitalista no século XX, quais sejam: a empreendida pelo fascismo italiano e pelo americanismo/fordismo estadunidense. Gianni Fresu destaca que a saída de tipo fascista configurava-se como: “profundamente reacionária, uma violenta defesa da ordem tradicional, do sistema das rendas parasitárias, típicos da sociedade europeia”, enquanto a de americanista/

⁹ Camillo Benso (1810-1861), o Conde de Cavour, foi um nobre piemontês que, por conta do apoio da Casa Savóia, esteve na direção do Reino do Piemonte. Para o processo de unificação, Cavour propunha uma solução intermediária em que os reinos se unificassem em torno da Família Savóia. Esse político enxergava com temor a ação das massas e propunha que a unificação fosse um processo dirigido por estadistas e militares, um processo “pelo alto” (Bertonha, 2005).

fordista era: “progressiva e racional, embora marcada também ela pelas suas íntimas contradições, que teria determinado a passagem do velho individualismo econômico à economia programática” (Fresu, 2017, p. 159).

Conforme exposto por Giuseppe Vacca, quando Gramsci desenvolve a ideia de fascismo enquanto uma modalidade de revolução passiva, o faz referindo-se ao fascismo enquanto regime político, como Estado corporativo, não como movimento político de massas, ou seja, a partir dos anos de 1930. O corporativismo fascista seria a “economia política” que possibilitaria: “dirigir a Itália rumo a uma forma de ‘economia programática’ que não pusesse em discussão as relações de poder fundamentais entre as classes” (Vacca, 2016, pp. 190-191).

Escapando às tendências deterministas da orientação do VI Congresso do *Comintern* de 1928, que adota teses que servirão de premissa para a tese do “social-fascismo”¹⁰, Gramsci irá se debruçar no estudo da história italiana para compreender as origens e as determinações particulares do fascismo, o entendendo como uma forma pela qual a Itália irá fazer frente, em meio à crise do liberalismo, ao avanço da União Soviética e sua economia dirigida e ao Estado empreendedor estadunidense. O regime fascista é entendido, nesse aspecto, como a forma pela qual se empreendeu, no campo político, “uma revolução passiva”, enquanto a “ideologia serviria como elemento de uma ‘guerra de posição’ no campo econômico” (Gramsci, 2014, pp. 1228-1229 [Q 10 I, §9]).

O fascismo, nesse sentido, poderia criar as condições necessárias para romper com a crise decorrente da Grande Guerra, ao reestruturar os aparatos políticos e econômicos, e afastar das massas a possibilidade histórica aberta pela Revolução de Outubro (Galastri, 2022).

Ainda na seara das respostas para a crise mundial, Gramsci irá compreender o americanismo como um tipo de revolução passiva. Segundo Marcos Del Roio (2018), Gramsci irá refletir sobre a temática a partir de um texto de Trotsky chamado “Europa e América”, no qual havia percebido a tendência - que hoje verificou-se acertada - de sobreposição dos Estados Unidos da América em relação à Europa.

O americanismo será estudado detidamente no *Quaderno 22* (1934-1935) e compreendido enquanto mantenedor de traços semelhantes ao fascismo, na medida em que ambos foram “formas conservadoras próprias do século XX, como reações e respostas pelo alto à crise de hegemonia” (Aliaga, 2021, p.171). Ambos, no substrato

¹⁰ As teses do VI Congresso defendiam que a social-democracia era condutora da próxima guerra contra a União Soviética, portanto, deveriam ser fortalecidos os partidos comunistas e estimular a luta contra a social-democracia. Essa interpretação serviu de premissa para a confecção do termo “social-fascismo”, que indiferenciando significativamente as duas ideologias, colocava a social-democracia como mais perigosa, pois seria essa o ponto de apoio máximo do capitalismo. Para mais informações, ver: Fresu, 2017.

de uma guerra e uma revolução, modernizaram de diversos modos o aparato produtivo e de Estado, mantendo passivas as massas (Aliaga, 2021).

Del Roio (2018) sustenta que o conceito de revolução passiva precisa ser compreendido e empregado levando em conta os elementos das relações de força em nível internacional. Desse modo, também o americanismo, enquanto uma forma de revolução passiva, ao ser dialeticamente influenciado pelo fascismo e pela União Soviética, de modo reflexo, “impacta decisivamente a Europa, continente onde estavam em andamento outras variantes de revolução passivas, seja o fascismo, seja o socialismo de Estado” (*idem*, p.222).

Em síntese, no que se refere ao conceito de revolução passiva, o que o intelectual sardo buscava analisar era como, sob determinado invólucro político, “se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças efetivas políticas surgem e se desenvolvem”, ao mesmo tempo em que reciprocamente exercem influência “com pressão lenta mas incoercível, nas forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase” (Gramsci, 2014, pp.1818-1819 [Q 15 ,§56]).

Traçado o panorama, que não pretende-se exaustivo, sobre a elaboração Gramsciana do conceito de revolução passiva, resta ainda destacar que, segundo a tese de Luciana Aliaga (2022, p. 305), “Gramsci não desenvolveu o conceito em todas as suas potencialidades e não o delimitou de forma expressa nos *Quaderni*”, permanecendo “em aberto”, como é próprio de seu edifício teórico. Isto torna o conceito potencialmente operacional para “traduções” para realidades nacionais distintas daquelas estudadas diretamente pelo autor, ainda que todo “*tradurre*” (traduzir) possa implicar alguma forma de “*tradire*” (trair).

3. A REVOLUÇÃO PASSIVA E A REALIDADE BRASILEIRA: ENTRE A INTERPRETAÇÃO E O PROGRAMA

Apesar do conceito de revolução passiva ter adquirido notoriedade no debate gramsciano após a edição Gerratana, há uma grande variedade de abordagens deste enquanto instrumento analítico para os processos históricos distintos e em diferentes localidades, incluindo o Brasil (Liguori, 2022). Entretanto, como recorte analítico, o presente trabalho restringiu-se às perspectivas de dois intérpretes: Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, por conta de sua incidência teórica, tanto no plano nacional quanto no internacional no que se refere à temática (Aliaga, 2022, Baratta, 2004).

A primeira publicação brasileira encontrada sobre o debate do conceito em análise remonta a 1974, com José Carlos Brum Torres, sob pseudônimo de José Meireles, no qual fundamenta que todo o período Vargasista pode ser caracterizado enquanto uma revolução passiva. Logo após, em 1976, um dos trabalhos relevantes

ao tema, a tese de doutoramento de Luiz Werneck Vianna, intitulada “Liberalismo e sindicato no Brasil”, vem à luz e encontra grande repercussão, sendo considerada, embora não de forma cronologicamente precisa, o marco na discussão sobre o conceito para interpretação de processos políticos do Brasil (Bianchi, 2020).

Vianna, assíduo articulista na Revista *Presença*¹¹, pertenceu à geração fundadora da dissidência pecebista que impulsionou o “projeto’ de renovação ‘estético-culturalista’ (depois, filosófica) do marxismo da época” (Santos, 1999, p. 284). No seio do grupo havia certa influência da perspectiva eurocomunista¹² de renovação do marxismo¹³. Essa perspectiva se expressava na ideia de reinterpretar a particularidade nacional e fazer frente cultural ao intento de consenso da ditadura militar brasileira.

Werneck Vianna, após traçar o panorama da “revolução ‘pelo alto’ e modernização” do Brasil pós-30, conceitua que tal

Revolução “pelo alto” consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implicando, de outro lado, numa “conservação” do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas. Num certo sentido, toda revolução “pelo alto” assume a configuração particular de uma revolução “passiva”, como Gramsci a descreveu no Risorgimento, isto é, de uma revolução sem revolução. (Vianna, 1978, p.141).

O argumento em questão visava explicitar, referindo-se principalmente ao modo de regulamentação superestrutural, como as formas políticas e sociais combinavam-se entre o arcaico e o moderno. Essa combinação produziu o processo de modernização implementado pela ditadura do Estado Novo, conformando o desenvolvimento de um tipo de capitalismo industrial ao mesmo passo que refreava a possibilidade de mobilização política dos grupos subalternos. Dito de outro modo, era visto como uma forma de modernizar a estrutura econômica através da política, mesmo que promovendo um arranjo conservador na forma política (Bianchi, 2020)

No cerne de sua tese, Vianna aproximou os conceitos de revolução passiva de Gramsci, de via prussiana de Lenin¹⁴ e de modernização conservadora Barrington Moore Jr.¹⁵. No texto de Vianna, esses conceitos aparecem como que intercambiáveis entre si e, em certos momentos, fundidos somente sob o signo “modernização”.

¹¹ Um estudo aprofundado sobre a Revista *Presença* e a recepção de Gramsci pode ser visto em: Góes, 2020.

¹² Sobre a questão da influência do eurocomunismo no Partido Comunista Brasileiro, ver: Del Roio, 2022.

¹³ Marxismo, nesse contexto, era entendido por marxismo-leninismo e, em casos como no dos autores aqui debatidos, era compreendido enquanto uma abordagem dogmática.

¹⁴ Sobre a influência leninista na interpretação do conceito de revolução passiva, ver Aliaga; Areco, 2023.

¹⁵ Em sua principal obra, “As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno”, de 1967, o autor estadunidense desenvolve a ideia de processos de modernizações conservadoras enquanto pactos “pelo alto”, pelas classes dominantes, que engendram formas de Estados com aparatos modernos e que auxiliam a modernização econômica no sentido capitalista, sem, contudo, democratizá-los.

Como resultado da operação de, aparentemente, trazer ao debate marxista a sociologia americana, Vianna entrega, efetivamente, uma imprecisão que não se restringe à questão propriamente conceitual. Ao esvaziar os conceitos e suas respectivas potencialidades analíticas, produz generalizações “sociologizantes” semelhantes àquelas que Gramsci guardava ressalvas (Aliaga; Areco, 2023).

Na coletânea de escritos publicada como livro “Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil”, o autor irá defender a ideia da revolução passiva enquanto programa político. Vianna faz isso criticando a “*intelligentsia* de São Paulo”, enquanto rupturista e incapaz de compreender o acerto da política pluriclassista. Nesse sentido, a perspectiva defendida por Vianna nessa coletânea, ao invés de renovar os programas a serem defendidos pela ala “progressista”, acabou por incorrer na reabilitação da tese reformista do PCB de março de 1958, que defendia a aliança entre burguesia e proletariado pelo desenvolvimento frente ao imperialismo estadunidense (Vianna, 1997, pp.50-52).

Vianna enxerga como programa a defesa da Constituição de 1988, visto que, segundo ele, não havia “nexos intrínsecos e inamovíveis entre capitalismo e regime político autocrático” e, pelas vias institucionais, estava aberta a via para a passagem molecular dos grupos dirigidos para os grupos dirigentes (Vianna, 1997, p.53).

Nos textos desse livro, segundo Aliaga e Areco, Werneck Vianna já apresentava “total afastamento do projeto intelectual de vertente comunista” e entendia que o referido programa progressista da revolução passiva “diferente do eurocomunismo, não pretendia refundar o Estado a partir do socialismo ou do comunismo, mas da constituição de uma república liberal” (2023, p.19).

Ainda na mesma coletânea de textos, Vianna (1997, p.117) irá argumentar sobre o que chama de um “canal inesperado de comunicação” entre o autor de “A democracia na América” e o comunista sardo. O “Gramsci” que Vianna apresenta é um outro¹⁶, um que será explicado na primeira nota do texto: “em oposição ao Gramsci nacional-popular”, que no “ estudo sobre americanismo, [...] teria abandonado a concepção jacobina de revolução para explorar as possibilidades da revolução passiva”¹⁷ (*idem*, p.145).

Diametralmente oposta à essa interpretação é a tese Gramsciana, visto que propõe o conceito de revolução passiva enquanto instrumento para compreensão da realidade, não enquanto um programa político. No que concerne aos textos analisados,

¹⁶ No sentido da crítica às compreensões como as de Vianna e Coutinho sobre o marxista sardo, Edmundo Dias, intelectual de matriz trotskista, sintetizará a polêmica na coletânea publicada sob o sugestivo título “O outro Gramsci”, em 1996, junto com intelectuais como Lincoln Secco, Osvaldo Coggiola e Ruy Braga.

¹⁷ Estudo que contrapõe o suposto encanto americanista de Gramsci pode ser lido em: Baratta, 2004.

insta ressaltar Vianna operou um esgarçamento do conceito em sua primeira análise e um deslocamento significativo para a direita no espectro político na segunda obra.

Já no que diz respeito à apropriação de Carlos Nelson Coutinho¹⁸ sobre o conceito de revolução passiva, em seu importante livro “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político”¹⁹, nota-se a elaboração, no capítulo final, de sua análise da realidade política brasileira detendo-se aos conceitos de revolução passiva, transformismo e Estado integral.

Coutinho partirá do conceito de revolução passiva para elaborar crítica às elaborações precedentes dos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto à particularidade histórica nacional. O argumento é que esses intelectuais, influenciados pelo “dogmatismo” marxista-leninista, não alcançaram a complexidade da própria formação do Estado brasileiro.

Coutinho recorre, tal como Vianna, à combinação dos conceitos de via prussiana e revolução passiva. A operação é feita ao alegar uma ampliação do que considerou uma concepção concentrada nos aspectos estruturais da modernização, no caso da via prussiana, para uma concepção Gramsciana que “sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências economicistas” (Coutinho, 1989, p.121-122).

Na combinação conceitual que Coutinho elabora, um dos conceitos é destinado à compreensão do momento superestrutural e o outro detido ao momento estrutural. Nesse sentido, salientam Aliaga e Areco que tal “corte estanque” na apropriação dos conceitos, em especial no que refere ao primeiro, “impossibilitava sua completa nacionalização na medida em que obstruía o avanço da análise para as condições locais; ou seja, para o estudo das estruturas específicas da colônia” (2023, pp. 19-20).

Coutinho abre possibilidade para análise de outros fatos históricos sob a lente do conceito de revolução passiva. O primeiro analisado será o período da ditadura de Vargas, no qual o “movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam uma maior participação política nos aparelhos de poder” (1989, p.123).

Nesse sentido, em razão das pressões dos subalternos eclodiu, segundo Coutinho, a chamada “Revolução de 1930”, que instaurou a ditadura varguista do Estado Novo (1937). A pressão exercida resultou em concessões parciais quanto às

¹⁸ No que concerne às leituras de Coutinho sobre o conceito de revolução passiva, a presente abordagem irá focar nas interpretações do autor referentes ao período anterior aos governos petistas. Uma análise mais ampla sobre a obra do autor pode ser lida em NEVES, 2019. Sobre o debate acerca da revolução passiva e os governos petistas, ver: Oliveira, F; Braga, R.; Rizek, C., 2010.

¹⁹ Essa obra encontrou repercussão internacional, tendo sido traduzida para o italiano (*Il pensiero politico di Gramsci*) e inglês (*Gramsci's Political Thought*).

reivindicações na forma das reformas de Estado, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho, legislação entendida como de inspiração corporativista/fascista. No seio dessas reformas de Estado ainda constava a reestruturação sindical, na qual os sindicatos foram aparelhados ao aparato governamental e foram convertidos em instrumentos puramente “econômico-corporativos”, sem possibilidade de vislumbrar a saída dessa condição (*idem*)

Segundo Coutinho, a ditadura varguista acelerou o desenvolvimento da indústria nacional (aspecto modernizante) ao passo que conformou um bloco de poder, assimilando os elementos arcaicos das elites agrárias e tentando arregimentar a categoria militar para que houvesse também uma alteração no âmbito da “sociedade política” (*idem*).

No que se refere ao segundo momento considerado por Coutinho como uma revolução passiva, a ditadura militar (1964-1985), o autor ressalva que o momento não pode ser visto como “fascismo ‘clássico’”, mas que resguardava elementos de semelhança com aquela experiência histórica, como no caso da intervenção do Estado na economia que fez desenvolver as forças produtivas “com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista”. Em decorrência disso, as classes latifundiárias, embora mantidas, transformaram seu modo de produção em propriamente capitalista (*idem*, p.124).

O autor argumenta ainda que, em semelhança com o fascismo italiano de 1930, a ditadura militar conseguiu arregimentar consenso das massas “na medida em que assimilou e deu resposta a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964” (*idem*, p. 125).

Ao analisar esses dois processos sob chave de revoluções passivas, Coutinho concebe esse conceito nos termos de uma “ditadura sem hegemonia”, que encontra respaldo no texto gramsciano com a forma pela qual se deu a questão do Piemonte no *Risorgimento* (*idem*, pp. 125-126). No entanto, conforme argui Modonesi, esse modo de “mínimo de hegemonia” não se expressa na questão do Americanismo e do Fascismo, onde o elemento hegemônico é nodal. Modonesi levanta a hipótese de que o “deslizamento semântico que provoca a ênfase direitista de Coutinho” (2016, p.97, tradução do autor) é influenciado pela grande circulação dos escritos de Christine Buci-Glucksmann, que haveria promovido essa vinculação interpretativa ao conceito de hegemonia e revolução passiva.

A referida ênfase também encontra respaldo da forma como Coutinho concebia a revolução burguesa no Brasil, considerando-a incompleta, consignando que esta não teria sido capaz de “conquistar uma hegemonia real na sociedade civil”. Essa conclusão coaduna com a concepção de estratégia socialista que se delineava, a Democrático-

Popular²⁰, segundo a qual, dado o processo apassivado de “ocidentalização”, caberia aos socialistas, no curso de uma “difícil e prolongada ‘guerra de posições’”, o “fortalecimento da sociedade civil brasileira”, com vistas a consolidar uma “democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa ‘democracia de massas’”(idem, p.134-135).

No que compreende a referida análise de Coutinho, urge ressaltar que, assim como nas interpretações equivocadas produzidas pelos intelectuais do PCB que Coutinho se contrapunha, o autor deixa de lado elementos constituintes da realidade brasileira²¹, que conformaram todo o “bloco histórico” nacional, cujos exemplos mais evidentes se encontram nas estruturas coloniais e escravistas. Outro importante aspecto que essa leitura se afasta da perspectiva Gramsciana na análise das revoluções passivas é o aspecto concernente ao nexos nacional/internacional, dado que, na análise de Coutinho, essa problemática fica escanteada (Aliaga, 2020, Del Roio, 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou demonstrar como a apropriação do conceito gramsciano de revolução passiva, que se deu a partir dos anos 1970, desenvolveu-se de forma a elaborar uma interpretação alargada desse conceito e, em alguma medida, configurar-se numa interpretação “sociológica”, no sentido negativo que Gramsci atribui ao termo.

Neste sentido, as interpretações dos escritos gramscianos realizaram transposições carentes de mediações e análises mais detidas das particularidades históricas nacionais, especialmente do caráter colonial e dependente de nossa formação e essas implicações para a análise dos nexos nacional/internacional. Tais fatos exercem influência em todas as relações de força, considerando os aspectos estruturais e superestruturais, da realidade brasileira.

Para além disso, ambas as apropriações analisadas, ao invés de “traduzir” no sentido gramsciano do termo, o conceito de revolução passiva, o deslocaram significativamente para a direita. No caso de Coutinho, alargando ainda mais a extensa marcha eurocomunista e, no caso de Vianna, rompendo o fio vermelho condutor que perpassa toda a obra do comunista sardo, enquadrando sua obra na esteira dos filósofos democráticos do pensamento político e não dos filósofos da práxis.

Apesar do aspecto mencionado, não se pretende, de modo algum, decretar a inocuidade do arsenal gramsciano para a compreensão da realidade atual, o relegando,

²⁰ Discussão sobre os saldos da estratégia democrático-popular podem ser encontradas em: Iasi, M.; Figueiredo, I.M.; Neves, V. (orgs.), 2019.

²¹ Estudo nesse sentido pode ser visto em: Oliveira, 2013.

simplesmente, a uma obra “de seu tempo”. Buscou-se empreender crítica às abordagens de Coutinho e Vianna no sentido de reconhecer o impacto dessas leituras que, até hoje, exercem influência nas teorias sobre o Brasil e ressaltar o lugar de força da obra de Gramsci enquanto potente arcabouço não somente para a interpretação da realidade brasileira, mas para sua transformação.

BIBLIOGRAFIA

- ALIAGA, L. **Do sul ao norte: Uma introdução a Gramsci**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.
- _____. Revolução passiva e revolução-restauração: dois conceitos em construção. in: DEL ROIO, M.; GALASTRI, L (org.). **Gramsci e a verdade efetiva das coisas**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- _____.; Areco, S. Nacionalização Imperfeita: o Conceito de Revolução Passiva e a Formação do Estado no Brasil. **Dados**, v. 66, n. 4, 2023.
- BARATTA, G. **As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de A. Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BERTONHA, J.F. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- _____. **Gramsci entre dois mundos: política e tradução**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. **Uma nova edição de Gramsci no Brasil. Gramsci e o Brasil**, Juiz de Fora, 1998. Disponível em: <https://www.acessa.com/Gramsci/?page=visualizar&id=296>. Acesso em: 09 fev. 2022.
- DEL ROIO, M. L'influenza della lettura eurocomunista di Gramsci sulla politica del Partito Comunista Brasiliano. in: FRESU, G.; Aliaga, L.; DEL ROIO, M. (orgs.) **Gramsci in Brasile: un esempio riuscito di traducibilità filosofica**. Milano: Meltemi, 2022.
- FRESU, G. **Antonio Gramsci, o homem filósofo**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. **Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo**. Ponta Grossa: UEPG, 2017.
- GALASTRI, L. **Leituras Gramscianas: história, política e classes sociais**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- GOES, C. M. C. **Gramsci e a dialética da tradução na América Latina: o caso das revistas Passado y Presente e Presença**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.
- Gramsci, A. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, [1975] 2014.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IASI, M. L.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

LIGUORI, G. La tardiva fortuna del concetto di “rivoluzione passiva” (1972-1980). **Crítica marxista: análise e contributi per ripensare la sinistra**, n. 6, p. 45-56, 2022.

MARX, K. **Manuscritos Econômico – Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MODONESI, M. Revolución pasiva: usos y abusos en América Latina del concepto gramsciano. **Gramsciana**, v. 2, p. 85-114, 2016.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

NEVES, V.. **Democracia e socialismo: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/ o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. ; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

RIALL, L. **The Italian Risorgimento: state, society, and national unification**. London: Routledge, 1994.

SANTOS, R. Resenha de: Vianna, Luiz Werneck. A revolução passiva. Iberismos americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 222p. **Perspectivas**, n.22, 1999, pp. 208-288.

VACCA, G. **Modernidades Alternativas: o século XX de Antonio Gramsci**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2016.

VIANNA, L.W. A revolução passiva. Iberismos americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Submetido em: 23/08/2023.

Aprovado em: 18/10/2023.

